

Governo do Estado de São Paulo
Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo
Gerência Regulação Econômico-Financeira de Gás Canalizado e outros serviços

NOTA TÉCNICA

Nº do Processo: 133.00004007/2025-24

Interessado: Conselho Diretor

Assunto: Reajuste Tarifário Anual Comgás - 2025

1. Aspectos Contratuais

O Contrato de Concessão nº CSPE/01/99, firmado em 31 de maio de 1999, entre o Estado de São Paulo e a Companhia de Gás de São Paulo (Comgás), cujo objeto é a exploração dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado por trinta anos tinha como vigência final original maio/2029, no entanto, no referido contrato é previsto na Primeira Subcláusula, da Cláusula Quinta, a possibilidade de prorrogação por vinte anos mediante cumprimento de algumas análises e obrigações.

Assim, através do 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº CSPE/01/99 assinado em 01 de outubro de 2021 entre Poder Concedente (Governo de SP) e Comgás o contrato foi prorrogado por um prazo adicional de 20 anos, a partir de 31 de maio de 2029 com final da vigência em 30 de maio de 2049.

No referido aditivo, foram efetuadas algumas mudanças no contrato, dentre elas a alteração da data de início do ano regulatório, que passou a ser o dia 10 de dezembro. Desta forma, o ciclo tarifário da 4ª RTO passou a compreender o período de 31 de maio de 2018 até 09 de dezembro de 2024, alterando também a data de reajuste anual para 10 de dezembro de cada ano.

Também a partir da assinatura do 7º Termo Aditivo do Contrato de Concessão nº CSPE/01/99, passou ser adotado o IPCA (IBGE) em substituição ao IGP-M (FGV) para correção dos valores, incluindo a margem de distribuição. Assim, a partir de outubro/2021 utiliza-se o IPCA como índice de reajuste da margem de distribuição.

Considerando o cronograma de publicação mensal do IPCA, geralmente entre os dias 08 e 11 do mês seguinte, será adotado o IPCA realizado até o mês de outubro, do mesmo modo que foi realizado em 2023 e 2024.

As cláusulas Décima Primeira e Décima Terceira do Contrato de Concessão nº CSPE/01/99, estabelecem as regras a serem aplicadas anualmente para reajuste das margens máximas de distribuição calculadas nos processos de revisão tarifária.

Conforme a terceira subcláusula da Cláusula Décima Terceira ^[1], a margem máxima (MMt) será calculada, anualmente, a partir da 5ª RTO, com a seguinte fórmula:

$$MM_t = MM_{t-1} \times [1 + (VP - X)]$$

Sendo:

VP: variação jo índice de inflação no ano t (percentual), obtido pela divisão dos índices do IPCA do IBGE, ou do índice que vier a sucedê-lo;

X: fator de eficiência (percentual), e

MMt: valor da Margem Máxima (MM), expresso em reais por m³ e atualizada anualmente pelo fator (VP - X) até o ano t;

Importante salientar que as tarifas-teto aplicadas aos usuários de gás canalizado incluem a margem de distribuição, o custo do preço do gás e transporte, contas gráficas e impostos.

O contrato de concessão também estabelece que a prática de tarifas inferiores às fixadas, em qualquer segmento e classe tarifária, terão como limite mínimo a manutenção da viabilidade econômico-financeira do fornecimento contratado, devendo ser informadas à ARSESP.

A concessionária reconhece que as tarifas tetos vigentes, conforme deliberações publicadas pela ARSESP, em conjunto com as regras de reajuste e revisão e demais condições estabelecidas no Contrato, são suficientes, para a adequada prestação dos serviços concedidos, a realização das metas e a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

2. Reajuste das margens máximas

A Deliberação ARSESP Nº 1.709/2025 ^[2] determinou o resultado da 5ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás, com um P0 de R\$

0,9675/m³ a preço de outubro/2024 e as tarifas atualmente praticadas pela concessionária estão dispostas na Deliberação Arsesp nº 1.710/2025^[3].

Assim, o reajuste da margem consiste na aplicação da inflação acumulada pelo IPCA entre novembro de 2024 até outubro de 2025, que é de 4,6807%.

O Fator X, que compartilha os ganhos de produtividade da concessionária anualmente com os usuários e é calculado nos processos de revisão tarifária ordinária, é descontado desta inflação acumulada. O valor a ser descontado é de 0,5780% e já contempla o valor publicado na 5ª Revisão Tarifária Ordinária da Comgás.

Assim, as margens atualmente praticadas serão reajustadas em 4,102707% (Variação IPCA – Fator X).

Importante observar que, para os ajustes adicionais que se referem ao diferimento da margem do residencial e comercial bem como desconto do AFC (industrial), foi aplicado o IPCA em sua integralidade, considerando que na concepção do seu valor já foi aplicado o Fator X do ciclo anterior.

3. Termo de Ajuste K

Conforme NT.F-0030-2021^[4], a Arsesp aplicou o termo de ajuste K de R\$ 0,0271/m³ em 2021, que corresponde a um terço do total apurado de termo de ajuste K considerando o apurado na 3ª RTO e anos regulatórios 2018/2019 e 2019/2020 do quinto ciclo tarifário. Na referida nota técnica é citado que em maio de 2022 seria mantida esta parcela para efeito de recuperação do período transcorrido, e adicionada a parcela relativa ao período entre fevereiro de 2021 até a data de cálculo do Termo de Ajuste K.

Considerando que o 7º Termo Aditivo, já citado anteriormente, alterou o reajuste de maio/2022 para dezembro/2022, a Arsesp manteve a aplicação do termo de ajuste K de R\$ 0,0271/m³ no período de dezembro/2022 a novembro/2023 e dezembro/2023 a novembro/2024.

Além disso, a Arsesp deu continuidade a apuração do termo de ajuste K (a partir de fevereiro de 2021), porém, não foi verificado que a concessionária obteve margem máxima teto acima da margem máxima autorizada na 4ª RTO (conforme tabela seguinte), desse modo, o ano regulatório de 2022/2023 e 2023/2024 não teve geração de termo de ajuste K adicional a ser incluído na tarifa. Porém, observou-se que no referido período, a Comgás devolveu um volume a maior de termo de ajuste K até novembro/2024, totalizando R\$ 35.3 milhões (atualizado pela Selic até novembro/25) conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Termo de Ajuste K

Termo de Ajuste K	junho.18 a maio.19	junho.19 a maio.20	junho.20 a maio.21	junho.21 a nov.22	dez22 a nov.23	Dez.23 a Nov. 24	Dez.24 a Nov. 25
Volume (exceção térmico não cativo)	4.598.189.022	4.273.388.857	4.488.469.900	7.233.637.579	4.227.376.559	4.206.619.013	
volume térmico (exceção cativo)	491.308.495	535.856.509	957.918.966	1.574.949.029	1.095.000.000	1.095.000.000	
Volume total (m³)	5.089.497.517	4.809.245.365	5.446.388.866	8.808.586.608	5.322.376.559	5.301.619.013	
Receita total (R\$)	2.648.147.815	2.807.812.288	3.014.583.466	6.560.592.654	4.665.653.255	4.805.357.277	
Volume para recuperação do termo de ajuste K							
Margem obtida (R\$/m³)	0,52	0,58	0,55	0,74	0,88	0,91	
Margem máxima autorizada (R\$/m³)	0,52	0,56	0,59	0,78	0,88	0,92	
Conta corrente inicial ano regulatório (R\$)	- 11.100.880 -	- 21.083.394 -	- 138.192.169 -	- 368.145.970 -	- 189.565.301 -	- 85.565.496 -	- 30.999.406 -
Saldo a acumular atualizado(R\$)	- 9.272.065 -	- 116.077.928 -	- - -	- - -	- - -	- - -	- - -
Saldo recuperado atualizado(R\$)	- - -	- - -	- 17.925.772 -	- 195.398.722 -	- 114.191.297 -	- 113.543.546 -	- - -
Ajuste (3ª RTO)	- - -	- - -	- -245.192.569 -	- - -	- - -	- - -	- - -
Conta corrente final ano regulatório (R\$)	- 21.083.394 -	- 138.192.169 -	- 368.145.970 -	- 189.565.301 -	- 85.565.496 -	- 30.999.406 -	- 35.312.544 -

Considerando o volume total estimado para o ano regulatório 2025/2029 (4.348.776.254,54 m³), o valor de termo de ajuste K a ser incluído nas tarifas será de R\$ 0,008120/m³.

Além disso, frisa-se que, a partir do ciclo tarifário 2024/2029, a apuração e aplicação do Termo de Ajuste K ocorrerá de forma quinquenal e não mais anual, conforme Trigesima Segunda Subcláusula da Cláusula Terceira:

Figura 1 – Termo de Ajuste K

Trigesima Segunda Subcláusula – A partir da 5ª Revisão Tarifária Ordinária, o cálculo do Termo de Ajuste K será realizado a cada ciclo tarifário quinquenal, considerando-se a Margem Média Obtida no período.

Fonte: 7º Termo Aditivo Comgás

Desse modo, a Arsesp está aguardando o envio dos dados do primeiro ano regulatório para acompanhamento.

4. Deliberação ARSESP nº 1.010, de 10 de junho de 2020

No que diz respeito a atualização anual do custo do gás e transporte, no caso do segmento residencial/comercial, o Art. 6º estabelece que nas alterações tarifárias realizadas por reajuste tarifário anual, revisão tarifária ordinária, revisão extraordinária ou atualização da Parcela de Recuperação para os segmentos residencial e comercial, o custo médio ponderado de gás e transporte nos segmentos residencial e comercial será ajustado, considerando a **projeção média para o custo mix contratual nos 12 (doze) meses** seguintes ao mês de referência do processo.

Em relação a parcela de recuperação, em seu Art. 4º, estabelece que a Parcela de Recuperação para os segmentos residencial e comercial será acrescida às tarifas nas ocasiões dos reajustes tarifários anuais, revisões tarifárias ordinárias ou revisões tarifárias extraordinárias.

Porém, considerando que em setembro houve atualização do custo do gás e transporte e da parcela de recuperação do custo do gás e transporte do segmento residencial/comercial, com dados projetados até novembro/2026 conforme nota técnica 0083707157^[5], e que o saldo se encontra dentro do IMCG (0,3%), neste reajuste anual o custo do gás e transporte se manterá em R\$ 1,998548/m³ e parcela de recuperação se manterá em R\$ 0,091509/m³.

Em relação aos demais segmentos (não residencial/comercial), o Art.7º estabelece que deve ser utilizado o último custo mix contratual disponível efetivamente pago pela Concessionária e o Art. 5º dispõe que a parcela de recuperação da conta gráfica do gás e transporte para os segmentos não residencial e não comercial (demais segmentos) e o custo do gás e transporte na tarifa devem ser atualizados trimestralmente.

O item seguinte detalha os cálculos que serão utilizados para atualização do custo do gás e transporte e da parcela de recuperação da conta gráfica dos demais segmentos.

5. Custo do Gás

Em relação ao custo do gás, para os demais segmentos, considerando o último mix disponível da concessionária (setembro/2025), o valor será de R\$ 2,001539, sem impostos, conforme Deliberação Arsesp nº 1.010/2020.

Assim, conforme Deliberação Arsesp nº 1.151, de 09 de abril de 2021, no qual a Arsesp deve divulgar o custo do gás e transporte em separado, o custo de gás para o segmento residencial/comercial e demais segmentos será de: R\$ 1,720533/m³ e R\$ 1,723524/m³, respectivamente, e o custo do transporte nas tarifas será de R\$ 0,278015/m³.

Para os demais usuários, o montante acumulado de conta gráfica projetado até novembro de 2025 é de R\$ -190.3 milhões. O mercado projetado para os próximos 3 meses é de 288,2 milhões de m³. Assim, a parcela de recuperação da conta gráfica projetada para estes usuários é de R\$ -0,660292/m³, conforme a Deliberação nº 1.010/2020. Importante salientar que para o referido saldo, foi incluído na projeção de outubro e novembro/2025 um valor de TRD (mercado livre) no valor de R\$ 1,5 mm e R\$ 2,2 mm, respectivamente.

Para o segmento térmico cativo, o valor do custo do gás e transporte será atualizado para R\$ 2,001539/m³, sem impostos, com uma parcela de recuperação fixada em R\$ -0,206042/m³, considerando a divisão do saldo da conta gráfica das térmicas projetado de R\$ -116 mil (novembro/25) pelo volume dos próximos 3 meses em 564.281 mil m³.

6. Demais contas gráficas

6.1) Conta Gráfica de Penalidades

A Deliberação ARSESP nº 1.056/2020 dispõe sobre os critérios de cálculo e limites para compensação na tarifa, dos valores incorridos em Penalidades (P), pelas concessionárias de distribuição de gás canalizado do Estado de São Paulo. Importante salientar que a partir de 2023, caso a concessionária tenha um custo ao supridor maior do que o recebido dos usuários de penalidade, não haverá compensação:

*Art. 3º. Para o cálculo do CMA, os percentuais mencionados no inciso V do artigo 2º serão: no ano de 2021, 50% (cinquenta por cento) e em 2022, 25% (vinte e cinco por cento) sobre a diferença entre as Penalidades faturadas pelo supridor à concessionária e as Penalidades faturadas pela concessionária aos seus usuários ou supridor. **A partir de janeiro de 2023 não haverá mais compensação na tarifa de valores faturados pelo supridor a título de Penalidades (P).***

Parágrafo Único: Os valores superiores ao CMA serão expurgados da CGP, pois não serão passíveis de repasse tarifário.

*Art. 4º. Após compensados os valores apurados no ano de 2022, **somente haverá PRP, quando as Penalidades (P) faturadas pela concessionária aos usuários forem superiores às faturadas pela supridora à concessionária.***

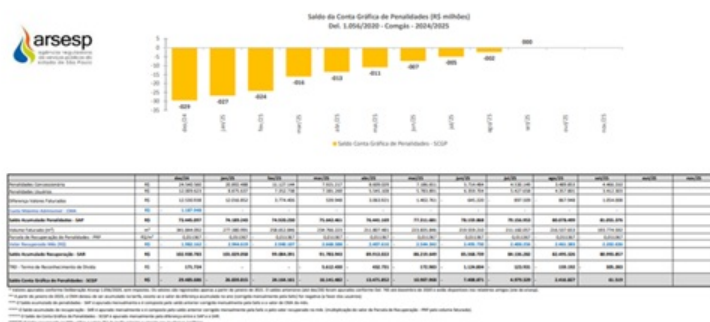
§ 1º. Caso os valores de Penalidades (P) faturados pela concessionária aos usuários superem os valores faturados pelo supridor à concessionária a título de Penalidades (P), o saldo se reverterá em crédito e reduzirá a tarifa, por ocasião dos reajustes e revisões tarifárias.

§ 2º. A PRP será calculada com base na CMA até 31 de dezembro de 2022 e, após esta data, tendo por base apenas a CGP.

Para fins de apuração da sistemática determinada pelo parágrafo 4º, a Superintendência de Regulação de Gás Canalizado, através do despacho SEI/GESP – 0012316708 – ARSESP – Despacho de 21 de novembro de 2023, esclareceu que o saldo de penalidades deve observar o ano calendário, ou seja, o período de 01 de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2025. No entanto, para fins de verificação diante do reajuste tarifário, será apurado um saldo preliminar considerando o período de 01 de janeiro de 2025 a 30 de setembro de 2025. O saldo acumulado no período atualizado pela Selic foi de R\$ +20 milhões (saldo faturado pela supridora à concessionária menos o saldo faturado pela concessionária aos usuários).

Assim, referente ao período analisado até o momento de 2025 não será adicionado no saldo de CG de Penalidades, tendo nova apuração quando da finalização do ano regulatório e aplicação, se for o caso, no reajuste tarifário anual 2026. Além disso, considerando o saldo de R\$ 60,5 mil da referida CG (valor a receber para a concessionária), a parcela de recuperação ficará zerada no ano regulatório 2025/2026 (inclusive térmica cativo), considerando o saldo até o momento e o fato de que ainda falta computar os valores arrecadados até o fim do ano regulatório 2024/2025.

Tabela 2 – Conta Gráfica de Penalidades

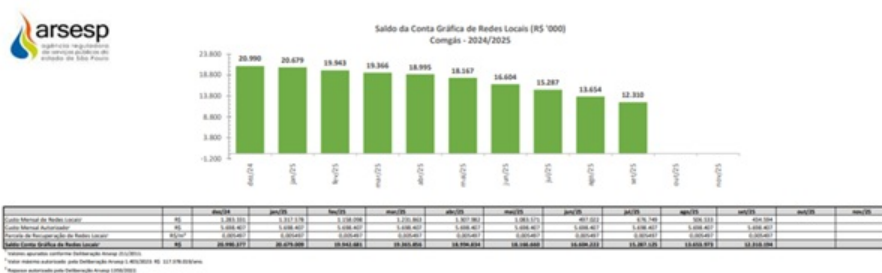


6.2) Conta Gráfica de Redes Locais

A Deliberação ARSESP nº 1.291, de 11 de maio de 2022, estabeleceu as condições e os critérios para a autorização da prestação dos serviços de distribuição de Gás Canalizado, por meio de projetos estruturantes de Rede Local, no âmbito do Estado de São Paulo. Anualmente, a Arsesp publica deliberação específica indicando o valor máximo a ser repassado na tarifa dos usuários relativamente aos custos efetivos com estas redes locais.

A Comgás possui, atualmente, um projeto de rede local (Campos do Jordão). A conta gráfica atual, contando o custo efetivo bem como as recuperações mensais pela conta gráfica, encontra-se com valor de R\$ 12,3 milhões. Considerando uma projeção de mercado (cativo e livre) de 4,35 bilhões m³ ano, o valor total da parcela de recuperação de redes locais, a ser incluída na tarifa dos usuários finais é de R\$ 0,002831/m³.

Tabela 3 – Conta Gráfica de Redes Locais



6.3) Conta Gráfica de Perdas

No processo da 5ª RTO da Comgás foi estabelecido um percentual de perdas regulatórias de gás de 0,40%. Também foi estabelecido o mercado de referência para cálculo das perdas ao longo do sexto ciclo.

A Deliberação ARSESP nº 977/2020 determinou a regra de repasse das despesas com perdas regulatórias de gás. Na projeção dos próximos doze meses (dez/25 a nov/26), o mercado de referência (cativo) será de 1,64 bilhões de m³/ano. Considerando o preço efetivo do gás e transporte, o saldo total da conta gráfica de perdas, já capitalizado pela Selic, é de R\$ 17,25 milhões, equivalente a uma parcela de repasse de R\$ 0,010500/m³.

Tabela 4 – Conta Gráfica de Perdas



Custo total do gás

Considerando o preço do gás e as contas gráficas indicadas nas seções anteriores, o custo total a ser repassado para os usuários residenciais e comerciais, será de R\$ 2,103388/m³, sem tributos. Para os demais usuários (exceto térmica cativo), o custo total a ser repassado será de R\$ 1,354578/m³, sem tributos.

Com a inclusão de PIS/Cofins de 8,9%, o custo total do gás será de R\$ 2,108878/m³ para o segmento residencial e comercial. Para os demais usuários (exceto térmica cativo), o custo total do gás será de R\$ 1,486913/m³.

Tabela 5 – Custo do gás a ser repassado nas tarifas da Comgás

	dez/25
PIS/Cofins	8,90%
ICMS	0,00%
Preço Gás+Transporte RES+COM	1,998548
Preço Gás+Transporte	2,001539
Parcela Conta Gráfica Gás RES+COM	0,091509
Parcela Conta Gráfica Gás	-0,660292
Parcela Conta Gráfica Gás Térmica Cativo	-0,206042
Parcela Penalidades Térmica Cativo	0,000000
Parcela Redes Locais	0,002831
Parcela Penalidades	0,000000
Parcela Perdas	0,010500
Custo do Gás RES+COM	2,103388
Custo do Gás	1,354578
Custo do Gás TERM-CATIVO	1,808828
Custo do Gás com PIS/Cofins RES+COM	2,308878
Custo do Gás com PIS/Cofins	1,486913
Custo do Gás com PIS/Cofins TERM-CATIVO	1,985541

Fonte: ARSESP.

7. Efeito percebido pelos usuários

Considerando que os distintos segmentos possuem diferentes composições de margem e custo do gás em suas tarifas finais, pode-se estimar o impacto observado nas faturas dos usuários finais, conforme segue.

Tabela 6 - Impacto nas faturas de usuários da Comgás

SEGMENTO	CONSUMO	Fatura em Novembro/25	Fatura em Dezembro/25	Var. R\$	Var. %
Residencial	5 m3/mês	R\$ 44,21	R\$ 45,62	↑R\$ 1,42	3,2%
Residencial	10 m3/mês	R\$ 78,62	R\$ 81,04	↑R\$ 2,41	3,1%
Residencial	30 m3/mês	R\$ 267,59	R\$ 276,15	↑R\$ 8,57	3,2%
Comercial	100 m3/mês	R\$ 766,28	R\$ 789,87	↑R\$ 23,59	3,1%
Comercial	1.000 m3/mês	R\$ 6.544,19	R\$ 6.734,22	↑R\$ 190,03	2,9%
Industrial	50.000 m3/mês	R\$ 189.893,60	R\$ 152.367,62	↓R\$ 37.525,99	-19,8%
Industrial	1.000.000 m3/mês	R\$ 2.871.041,78	R\$ 2.082.496,64	↓R\$ 788.545,14	-27,5%
Industrial	10.000.000 m3/mês	R\$ 27.083.309,43	R\$ 19.131.102,15	↓R\$ 7.952.207,27	-29,4%
GNV	Postos	R\$ 2,96	R\$ 2,17	↓R\$ 0,79	-26,6%

Fonte: ARSESP.

[1] Alterado para IPCA conforme décima primeira subcláusula do 7º Termo Aditivo

[2] <https://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/DELIBERA%C3%87%C3%83O%20ARSESP%20N%C2%BA%201.709.pdf>

[3] [https://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%201710%20-%20EF%20errata3%20-%20Arsesp%20\(1\)%201%20\(1\).pdf](https://www.arsesp.sp.gov.br/LegislacaoArquivos/Delibera%C3%A7%C3%A3o%201710%20-%20EF%20errata3%20-%20Arsesp%20(1)%201%20(1).pdf)

[4] <http://www.arsesp.sp.gov.br/Documentosgerais/NT.F-0027-2021.pdf>

[5] https://www.arsesp.sp.gov.br/Documentosgerais/Nota_Tecnica_Ajuste.pdf

São Paulo, na data da assinatura digital.

André Luís Pinto da Silva

Especialista em Regulação e Fiscalização de Serviços Públicos II

Henrique Soares Pereira

Gerente de Regulação Econômico-Financeira de Gás Canalizado e Outros Serviços

De acordo:



Documento assinado eletronicamente por **Henrique Soares Pereira, Gerente**, em 09/12/2025, às 17:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Pinto Da Silva, Esp. Em Reg. E Fisc. De Serv. Públicos II C**, em 09/12/2025, às 17:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Leão De Meirelles, Superintendente**, em 09/12/2025, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0091409282** e o código CRC **8F523318**.